

João Paulo Jacob

**O *RECALL* ELEITORAL
NA PERSPECTIVA
CONSTITUCIONAL BRASILEIRA**



tirant
lo blanch

Copyright© Tirant lo Blanch Brasil

Editor Responsável: Aline Gostinski

Assistente Editorial: Izabela Eid

Capa e diagramação: Analu Brettas

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO:

EDUARDO FERRER MAC-GREGOR POISOT

Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Investigador do Instituto de Investigações Jurídicas da UNAM - México

JUAREZ TAVARES

Catedrático de Direito Penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Brasil

LUIS LÓPEZ GUERRA

Ex Magistrado do Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Catedrático de Direito Constitucional da Universidade Carlos III de Madrid - Espanha

OWEN M. FISS

Catedrático Emérito de Teoria de Direito da Universidade de Yale - EUA

TOMÁS S. VIVES ANTÓN

Catedrático de Direito Penal da Universidade de Valência - Espanha

J17r

Jacob, João Paulo

O recall eleitoral na perspectiva constitucional brasileira / João Paulo Jacob. - 1. ed. - São Paulo : Tirant Lo Blanch, 2024.
176 p.

ISBN 978-65-5908-748-8

1. Direito eleitoral - Brasil. 2. Justiça eleitoral. 3. Processo eleitoral. I. Título.

24-88742

CDU: 342.8(81)



Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, Lei nº 10.695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).



tirant
lo blanch

Todos os direitos desta edição reservados à Tirant lo Blanch.

Fone: 11 2894 7330 / Email: editora@tirant.com / atendimento@tirant.com
tirant.com/br - editorial.tirant.com/br/

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
<i>José Alberto Simonetti</i>	
PREFÁCIO	13
<i>Georges Abboud</i>	
INTRODUÇÃO	17
<i>CAPÍTULO 1</i>	
DEMOCRACIA E REPRESENTAÇÃO	26
1.1. Democracia como valor histórico	27
1.2. Metamorfoses da representação política	38
1.3. O sentimento de crise da democracia representativa	48
<i>CAPÍTULO 2</i>	
PILARES DE SUSTENTAÇÃO DO REGIME DEMOCRÁTICO	61
2.1. Os sistemas de governo como interface do regime democrático	62
2.1.1. Sistema parlamentarista	65
2.1.2. Sistema semipresidencialista	67
2.1.3. Sistema presidencialista	68
2.2. Mecanismos de democracia direta como vetor de fortalecimento da participação popular	71
2.2.1. O referendo	72
2.2.2. O plebiscito	73
2.2.3. Iniciativa popular	74
2.2.4. O veto popular	74
2.2.5. O <i>recall</i>	75
2.2.6. Instrumentos brasileiros de democracia direta	76
2.3. Mecanismos de remoção de líderes políticos em dialética com a responsabilidade e a integridade	77
2.3.1. Moção de censura ou voto de desconfiança	78
2.3.2. O <i>recall</i> como instrumento de remoção	80
2.3.3. O impeachment	81
2.3.3.1. Impeachment à brasileira	86
<i>CAPÍTULO 3</i>	
O <i>RECALL</i> ENQUANTO MECANISMO DE AJUSTE DO SISTEMA DE REPRESENTAÇÃO	89
3.1. O arquétipo do instrumento de <i>recall</i>	90
3.2. O <i>recall</i> como meio de efetivação de direitos humanos	94

3.3. O direito comparado como método.....	100
3.3.1. Estados Unidos	104
3.3.2. Suíça	107
3.3.3. América Latina.....	110
3.3.3.1. Venezuela.....	115
3.3.3.2. Equador.....	118
3.3.3.3. Colômbia	120
3.3.3.4. Bolívia	124
3.3.3.5. Costa Rica	126

CAPÍTULO 4

O <i>RECALL</i> ELEITORAL NA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL BRASILEIRA	130
4.1. O histórico do <i>recall</i> no Brasil.....	130
4.2. As propostas de emenda à Constituição para adoção do <i>recall</i>	131
4.3. O horizonte para a implantação do <i>recall</i> no Brasil em contraponto ao impeachment	136
4.4. Viabilidade jurídica.....	140
4.4.1. O <i>recall</i> como norma constitucional	140
4.4.2. Os sujeitos do <i>recall</i>	144
4.4.3. O procedimento do <i>recall</i>	145
4.5. Viabilidade política	152
4.6. O <i>recall</i> como instrumento de democracia participativa	155
4.7. Uma proposta de emenda constitucional como contribuição original.....	158
CONCLUSÃO	163
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	168
APÊNDICE	175